



Processo nº  
1246-05.67 / 08-3

## **LICENÇA DE OPERAÇÃO**

LO Nº 982 / 2010-DL

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, criada pela Lei Estadual n.º 9.077, de 04/06/90, e com seus Estatutos aprovados pelo Decreto n.º 33.765, de 28/12/90, registrado no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n.º 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto n.º 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo n.º 1246-05.67/08-3 concede a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO nas condições e restrições abaixo especificadas.

### **I - Identificação:**

**EMPREENDEDOR:** 124618 – SIL SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA  
CPF / CNPJ: 03.505.185/0001-84  
**ENDEREÇO:** RODOVIA BR 290 KM 181  
BAIRRO CORÉIA  
96755-000 MINAS DO LEÃO - RS

**EMPREENDIMENTO:** 66536  
**LOCALIZAÇÃO:** RODOVIA BR 290 KM 178, BLOCO CORÉIA  
MINAS DO LEÃO – RS

**A PROMOVER A OPERAÇÃO RELATIVA À ATIVIDADE DE: DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, ATRAVÉS DE ATERRO SANITÁRIO, PARTE INTEGRANTE DA CENTRAL DE RESÍDUOS DO RECREIO.**

**RAMO DE ATIVIDADE:** 3542.20  
**CAPACIDADE EM TONELADAS / MÊS:** 90.000,00

### **II - Condições e Restrições:**

**1. Esta licença revoga a Licença LO nº. 3407/2008-DL:**

#### **2. Quanto ao Empreendimento:**

- 2.1 - Esta licença refere-se à operação do aterro sanitário de resíduos urbanos (ARSU, para resíduos domiciliares (Classe II) e resíduos caracterizados como Classe III (inertes), de conformidade com a NBR 10.004), operação da Estação de Tratamento de Efluentes-ETE da Central de Resíduos do Recreio e coleta e oxidação térmica do biogás gerado no aterro sanitário;
- 2.2 - O aterro de resíduos sólidos urbanos (ARSU) ocupará toda a cava disponível do bloco Coréia, em área prevista de 73,00 ha., para uma capacidade máxima prevista de 90.000 t/mês, considerada uma vida útil estimada de 23 anos, organizado sob a forma de níveis;
- 2.3 - A profundidade da cava (bloco Coréia) é de 51 metros, devendo ser esta, a altura máxima do aterro;
- 2.4 -- A qualquer tempo, por entendimento desta FEPAM, poderão ser fixadas novas condições e restrições à atividade em questão;

#### **3. Quanto à Preservação e Conservação Ambiental:**

- 3.1 - Em qualquer caso de derramamento, vazamento, deposição acidental de resíduos ou outro tipo de acidente, a FEPAM deverá ser comunicada imediatamente após o ocorrido, devendo ser apresentadas as medidas saneadoras e explicitando as já adotadas, em cumprimento ao disposto no Art. 10 do Decreto Estadual nº 38.356, de 1º de Abril de 1998, que regulamenta a Lei Estadual nº 9921/93;

#### **4. Quanto aos Efluentes Líquidos:**

- 4.1 - A Estação de Tratamento de Efluentes ocupa área de 3,25 ha., e situa-se a sudoeste do ARSU, em cotas mais baixas e coordenadas 402.455E 6.664.100N;

- 4.2 - O efluente final do sistema de tratamento deverá ser conduzido ao reservatório de água que abastece o lavador de carvão, em operação na Mina do Recreio;
- 4.3 - Qualquer efluente que venha a ser gerado na área de disposição de resíduos deverá atender aos padrões constantes da Resolução CONSEMA Nº 128/2006, caso seja lançado em um corpo receptor;

**5. Quanto às emissões atmosféricas:**

- 5.1 - A coleta do biogás se dará através de drenos de gás já implantados e a instalação de novos drenos, drenos coletores principais, conforme necessários para a extração, coletor principal na lateral sul da área;
- 5.2 - O sistema de queima é composto por conjunto de sopradores e tanques de separação de condensado e queima controlada em flare enclausurado, o sistema opera com registro de dados inviolável e sistema de segurança com alarmes no painel de controle do sistema e prevê o tratamento de 6700Nm<sup>3</sup>/h de biogás;

**6. Quanto ao Manejo dos Resíduos Sólidos:**

- 6.1 - O recebimento dos resíduos na Central de Resíduos do Recreio (ARSU), fica condicionado a assinatura de contrato entre a SIL Soluções Ambientais Ltda. e os usuários, devendo constar no mesmo o prazo contratado, cuja cópia deverá ser enviada à FEPAM, pela SIL Soluções Ambientais Ltda., até 5 (cinco) dias após a assinatura do documento. No caso de rescisão contratual, deverá a SIL informar, por escrito, a FEPAM;
- 6.2 - O controle do recebimento dos resíduos no aterro de resíduos sólidos urbanos (ARSU) é de responsabilidade do empreendedor, devendo ser observados os critérios de compatibilidade para o qual foi projetado;
- 6.3 - Os resíduos não compatíveis com os autorizados nesta licença deverão ser devolvidos ao gerador;
- 6.4 - Deverá ser observado o procedimento de adoção de frente de serviço mínima possível, com cobertura diária dos resíduos, de modo a garantir o manejo adequado dos mesmos;

**7. Quanto ao Monitoramento:**

- 7.1 - A SIL Soluções Ambientais Ltda. deverá apresentar à FEPAM, trimestralmente, laudo técnico (com ART do responsável) de acompanhamento das condições operacionais do aterro (ARSU), de conformidade com o apresentado no Manual de Operações, item 2.4.3, e informações relativas às evidências apuradas conforme item 11, desta licença, bem como as ações corretivas e preventivas a adotar, quando a situação assim o exigir;
- 7.2 - O Boletim de Registro de Recebimento de Resíduos deverá ser enviado trimestralmente à FEPAM
- 7.3 - O monitoramento ambiental de águas subterrâneas, nos pontos identificados como PZ-1P, PZ-3P, PZ-1A, PZ-3A, PZ-02, PZ-03 e SDP-1, SDP-2, deverá ser realizado semestralmente, para os parâmetros apresentados no Manual de Operação, Quadro 4.1, item 4.5, devendo os resultados e devida interpretação serem enviados à FEPAM;
- 7.4 - O monitoramento ambiental para águas superficiais, nos pontos identificados como PR-4 e PR-5, no Arroio Taquara, deverá ser realizado trimestralmente, para os parâmetros apresentados no Manual de Operação, Quadro 4.1, item 4.5, devendo os resultados e devida interpretação serem enviados à FEPAM;
- 7.5 - O monitoramento operacional para a ETE, nos pontos identificados como ST-1, ST-2, ST-3, ST-4 e ST-5 deverá ser realizado na frequência e parâmetros apresentados no Manual de Operação, Quadro 4.1, item 4.5, devendo os resultados e devida interpretação serem enviados à FEPAM;
- 7.6 - Deverá ser realizado o monitoramento diário, no entorno do aterro e em sua superfície, do sistema de controle de migração de gases, de modo a prevenir risco de explosão, adotando, no caso de detecção de falhas, as medidas previstas no Manual de Operação, item 4.4;
- 7.7 - Deverão ser observados procedimentos de inspeção e manutenção aos sistemas de drenagens de superfície, de lixiviados, de gases, de detecção de vazamentos e de monitoramento, iluminação, sinalização, acessos, processos erosivos, presença de vetores, e demais elementos e instalações implantadas;

**8. Quanto à Publicidade da Licença:**

- 8.1 - A concessão desta licença deverá ser publicada de acordo com a Resolução CONAMA Nº 006/86;
- 8.2 - Deverá ser instalada placa de identificação e divulgação da Licença Ambiental, conforme Portaria Nº 17/2009 DPRES, segundo modelo disponível na home-page da FEPAM : [www.fepam.rs.gov.br](http://www.fepam.rs.gov.br).

**OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:** o empreendedor é responsável por manter condições operacionais adequadas, respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrente da má operação do empreendimento.

**III – Documentos a apresentar para solicitação da renovação da Licença de Operação:**

- 1-requerimento solicitando a renovação da Licença de Operação, **o qual deverá ser feito em até 120 (cento e vinte) dias antes do término de vigência desta licença**, conforme art. 18, § 4º da Resolução CONAMA 237/97;
- 2-cópia desta licença;
- 3-cópia da publicação da concessão desta licença e da solicitação de sua renovação, de acordo com a Resolução CONAMA Nº 006/86;
- 4-declaração do empreendedor quanto à responsabilidade técnica pela operação do sistema, remetendo nova ART caso tenha sido alterado o responsável;
- 5-relatório de Auditoria Ambiental realizada no empreendimento, conforme determinado na Lei Estadual Nº 11.520, de 03/08/2000, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente;
- 6-comprovante do pagamento dos custos dos Serviços de Licenciamento Ambiental.

Havendo alteração nos atos constitutivos, cópia da mesma deverá ser apresentada, imediatamente, à FEPAM, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciado por este documento.

Este documento licenciatório perderá sua validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade ou algum prazo estabelecido nas condições acima seja descumprido.

Deverá ser solicitada renovação desta licença até 120 dias antes de seu vencimento, conforme Art. 18 § 4.º da Resolução CONAMA n.º 237/97.

Esta Licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Data de emissão: Porto Alegre, 26 de Fevereiro de 2010.

Este documento licenciatório é válido para as condições acima no período de 26/02/2010 à 22/07/2012.

Este documento licenciatório foi certificado por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada, garantida integridade de seu conteúdo e está à disposição no site [www.fepam.rs.gov.br](http://www.fepam.rs.gov.br).

fepam®.